

A QUESTÃO REGIONAL AMAZÔNICA E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: elementos para problematização.

Cristiana Costa Lima

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A QUESTÃO REGIONAL AMAZÔNICA E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: elementos para problematização

Resumo: Este artigo analisa as contribuições de autores de perspectiva marxista que abordaram a temática da questão regional, a exemplo de Lênin, Trotsky, Gramsci, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. Busca, a partir desses autores, compreender a especificidade da questão regional amazônica. Faz a inter-relação entre essa temática e a formação do profissional de Assistente Social, apontando elementos para o debate.

Palavras-chave: Questão regional, região amazônica, formação profissional do assistente social.

THE AMAZON REGION ISSUE AND THE CHALLENGES OF THE PROFESSIONAL FORMATION IN SOCIAL WORK: issues for problematization

Abstract: The regional issue in the Amazon region and its implications for the Social Worker's formation. This paper examines the contributions of authors that addressed the regional issue from a Marxist perspective: Lenin, Trotsky, Gramsci, Florestan Fernandes and Francisco de Oliveira. It searches an understanding of the Amazon regional issue from these authors point of view. This article also shows the inter-relationship between this topic and the training of professional Social Workers, pointing items for discussion.

Keywords: Regional issue, amazon region, training in social work.

Recebido em 15.04.2009. Aprovado em 15.06.2009.

1 INTRODUÇÃO

Nesta reflexão, buscamos apontar elementos para o debate acerca da “questão regional amazônica” em articulação específica com “a formação profissional do assistente social”. Para tanto, optamos por construir um movimento analítico em que, necessariamente, devêssemos investigar as bases teóricas pelas quais se configurou o conceito de questão regional.

A escolha da reconstituição teórica do conceito, feita neste texto, recaiu sobre a tradição marxista. Isto porque nos alinhamos à interpretação consolidada pela pesquisa marxiana de que “a história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classe”. Essa síntese continua atualíssima, a nosso ver. Bem como a pesquisa sobre a questão amazônica somente tem avanço, se perfilada nessa perspectiva analítica, pois é evidente o movimento do sistema do capital sobre a Amazônia. O que nos falta é aprofundar a sistematização das pesquisas em andamento no que toca à região.

Assim, nesse recorte realizado, fizemos um breve resgate de como a questão regional aparece no pensamento marxista nas contribuições de Vladimir Lênin (1870-1924) e Leon Trotski (1879-1940) – de desenvolvimento desigual (Lênin) a desenvolvimento desigual e combinado (Trotski) –, no âmbito de seus debates sobre as estratégias da Revolução Russa e do Partido Bolchevique, e sobre o conseqüente estágio do desenvolvimento capitalista identificado por eles, cuja lógica já tinha sido desnudada pela pesquisa de Marx e Engels. Trazemos ainda a contribuição de Antonio Gramsci (1891-1937) – para além do econômico-espacial. A questão regional embute a luta das classes pela hegemonia.

A eles, acrescentamos a reflexão de dois importantes pensadores marxistas brasileiros: Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. Ambos fazendo a ligação com a questão latino-americana na lógica de desenvolvimento do capital internacional: o subdesenvolvimento econômico resulta da maneira como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, o regime de produção econômica capitalista (FERNANDES, 1975). Ou seja, a região é o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital; uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam (OLIVEIRA, 1981).

A questão regional amazônica, numa análise crítica, está inserida nesse debate, nesse contexto de (re)conhecimento das classes em disputa na região.

A formação do assistente social ante essa problemática, portanto, não pode estar

desconectada dessa análise. Do contrário, sua atuação profissional, à luz do Movimento de Reconceituação da profissão, torna-se descolada de uma efetiva prática profissional que se propõe a contribuir com o projeto de emancipação das classes subalternas.

Portanto, um dos desafios para a formação profissional do Serviço Social na região amazônica é sistematizar, organizar, refletir e identificar parâmetros curriculares correlacionados à atividade profissional do assistente social ante a problemática ambiental, e suas políticas públicas específicas e necessárias, trazidas à tona pela região.

Para tanto, há de se considerar as atuais alterações da questão social na América Latina, nos padrões da intervenção pública e no trabalho dos assistentes sociais, que se manifestam mediante a reconfiguração dos espaços de intervenção profissional e alterações atinentes às demandas da força de trabalho, funções, competências e habilidades desses profissionais. Bem como também é imprescindível o reconhecimento das peculiaridades da realidade da região amazônica a fim de nortear a formação desse profissional.

Nessa perspectiva, reafirmamos, torna-se fundamental a compreensão da questão regional amazônica, considerada indispensável para o entendimento da questão social na região.

2 O CONCEITO DE QUESTÃO REGIONAL: a contribuição dos marxistas

O estudo da teoria neoclássica nos mostra que as diferenças socioespaciais não são tratadas como problema. Para essa corrente, os desequilíbrios espaciais são resolvidos pelo próprio mercado, que possui uma lógica autônoma e que prevalece sobre as demais.

Assim, a questão regional é entendida a partir da ideia de que o desenvolvimento é equilibrado. Ou seja, o fato das atividades econômicas se distribuírem espacialmente de forma desigual é uma contingência, pois os efeitos do crescimento logo se fazem sentir não apenas setorialmente, como também espacialmente. Diante desse contexto, haveria uma tendência à redução “natural” das desigualdades.

Contrapondo-se a essa concepção, a tradição marxista analisa a questão regional como algo intrínseco ao processo de desenvolvimento do capital.

Apesar de Marx não ter essa problemática como ponto central em sua obra, pode-se encontrar, no entanto, em alguns de seus escritos, pistas interessantes sobre a maneira pela qual uma forma de produção dominante exerce a sua hegemonia sobre as outras.

É o caso, notadamente, deste trecho na “Introdução à Crítica da Economia Política”

(1857), onde Marx demarca que: “Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância” (grifo nosso). Essa formulação ajuda a compreender o tipo de dominação que o capital exerce sobre as sociedades.

É sob essa pista que Lênin, quase três décadas depois, aprofunda a problemática em “O Imperialismo, fase superior do capitalismo” (1916). O conceito de desenvolvimento desigual, por ele trabalhado, aparece como a principal descoberta do autor no campo econômico. O capitalismo, em um mesmo momento histórico, apresenta etapas diferenciadas que são inerentes à forma como as diversas economias mundiais participam do mercado.

Nessa obra, Lênin apresenta um quadro analítico sobre a economia capitalista mundial da época, analisando as origens e o desenvolvimento do monopólio, do capital financeiro, do novo colonialismo e a necessidade do capital em partilhar o mundo. Ele desnuda a verdadeira essência da I Guerra Mundial, ou seja, o fato de ser uma guerra imperialista. Nesses termos, afirma que o desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países, é inevitável sob o capitalismo. (LÊNIN, 1979, p. 621)

Explica, assim, o aparecimento de uma nova divisão social do trabalho com uma ampla influência de países desenvolvidos imperialistas sobre economias semicoloniais e coloniais. Ou seja, uma divisão do mundo regida pelos interesses de acumulação das grandes potências.

Perspectiva que Leon Trotski (1978) retoma, mas acrescenta um elemento peculiar em sua reflexão: o desenvolvimento é desigual, mas também combinado. Há uma comunhão de interesses entre os países desenvolvidos – detentores do conhecimento técnico e científico – e os países subdesenvolvidos. O desenvolvimento do capitalismo se dá de forma diferenciada, combinando características atrasadas e avançadas, evidencia Trotsky. Ele reafirma a importância das dimensões econômica e tecnológica, mas destaca as dimensões culturais e políticas na explicação do desenvolvimento desigual e combinado.

Trotsky adverte para o fato de que o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político, ligando todos os países entre si pelo seu modo de produção e seu comércio. A existência de regiões desenvolvidas industrialmente, convivendo com regiões de agricultura primitiva, é absolutamente explicável a partir da lógica de acumulação do capital. Esses diferentes estágios possuem uma coexistência que se combinam e amalgamam.

Esse é o acréscimo trazido por Trotski à reflexão de Marx, já aqui referida, e que delimita uma característica fundamental à questão regional: a coexistência perfeitamente compatível, numa mesma sociedade, de espaços de alto desenvolvimento industrial com espaços de amplo atraso econômico.

Outro pensador marxista que enfrenta a questão regional é Antonio Gramsci. Sua reflexão advém de sua análise acerca do desenvolvimento desigual entre as regiões do sul e do norte da Itália. Para Gramsci, as diferenças regionais italianas exprimiriam a forma como o capital articula os diferentes modos de produção no interior de um mesmo território e determina as alianças entre as respectivas classes hegemônicas desse território, tanto no espaço nacional (a burguesia industrial do norte) quanto no regional (os grandes proprietários de terra do sul). As diferenças espaciais dentro de uma mesma região são consequências das lutas das classes que disputam a hegemonia do desenvolvimento capitalista no âmbito nacional.

Com Gramsci, a questão regional ganha um sentido para além do econômico e o espacial, sem, contudo, desconsiderá-los. Trata-se de evidenciar as relações políticas entre as classes e nas formas que assume o processo de modernização burguesa.

As análises desses autores marxistas continuam bastante atuais, posto que as bases de sustentação de seus argumentos continuam as mesmas, a sociedade capitalista. É sobre essa organização da produção que devemos nos debruçar para compreender temáticas dela decorrentes, a exemplo da questão regional.

2.1 A questão regional e os autores marxistas brasileiros: Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira

Especialmente à temática, dois outros marxistas deixam contribuição significativa para a abordagem da questão regional: Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira.

Com Florestan Fernandes temos estabelecida a inter-relação do conceito até aqui explanado com a América Latina, onde se situa a região amazônica. Em “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” (1975), o autor problematiza a América Latina e o subdesenvolvimento em termos de capitalismo dependente.

Ele nega as “explicações” correntes, como a do subdesenvolvimento enquanto atraso, ou como se elas fossem, em si mesmas, explicativas. Nega, também, as propostas decorrentes destas supostas “explicações”, como a da superação do subdesenvolvimento através da aceleração do crescimento econômico. Florestan afirma que não é intrínseco ao capitalismo um único

padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Portanto, podem existir vários tipos de capitalismo. (FERNANDES, 2006, p. 261)

De acordo com Florestan, a explicação do subdesenvolvimento econômico deve ser buscada na maneira como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, o regime de produção econômica capitalista. (FERNANDES, 1981, p. 27-28). Dessa forma, as classes e suas relações desempenham um papel central no processo de constituição das sociedades. Diante disso, o autor não entende a dependência apenas como um fator externo. Para ele, o capitalismo tem sua própria lógica econômica que vai, dialeticamente, dos centros hegemônicos para os países periféricos e da periferia para os centros hegemônicos.

O entendimento de Florestan Fernandes com relação à questão do desenvolvimento desigual entre regiões não pode ser limitada a uma relação entre nações, muito menos a uma relação entre burguesias de países periféricos com burguesias de países centrais. A questão regional é entendida como dominação externa e interna que se expressa sobre o trabalho e o conjunto da população.

Desse modo, nas suas análises sobre capitalismo dependente, Florestan afirma que a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Diz o autor:

Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas. (FERNANDES, 1975, p.45).

Sobreapropriação capitalista e dependência constituem a base de sustentação desse processo. Nesse contexto, destaca-se, de um lado, o papel da burguesia local nesse processo, ainda que de forma subordinada; de outro, a forma em que a luta de classes vai se constituindo internamente, caracterizada,

sobretudo, pela exploração do trabalho e da população.

Há, portanto, um processo de direção, controle, apropriação e expropriação econômica das economias dependentes pelas economias hegemônicas. As classes de dominação interna superexploram e, conseqüentemente, superdominam a massa da população para garantir seus privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias externas.

Em síntese, o capitalismo dependente analisado por Florestan Fernandes se concretiza através de *sobre-expropriação* e de *autocracia*, caracterizando o que o autor denomina capitalismo selvagem. Conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes.

Um modelo de desenvolvimento pautado em benefício dos pólos dinâmicos da expansão capitalista implica conseqüências negativas para os países periféricos, a exemplo de uma sociedade extremamente desigual, com uma minoria social dominante que retém para si todos os privilégios e que exclui a grande maioria de todos os direitos como se isso fosse natural.

Por outro lado, Florestan Fernandes chama a atenção para o fato de que uma burguesia, assim constituída, não tem forças para se contrapor às estruturas da dependência dos países centrais. Por isso, diz o autor, ela não consegue assumir localmente a revolução burguesa. Não lidera nem a revolução nacional nem a revolução democrática.

A esse respeito, Fernandes afirma que sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem, as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras, nem suas funções sociais construtivas.

Nos países centrais, as classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder (FERNANDES, 1975, p. 42).

No caso dos países periféricos, as classes operaram unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de alguns e excluir os demais. Elas não atuaram no sentido de buscar a sua autonomia. Ao contrário, contentaram-se em manter a acumulação do capital, repartindo o excedente econômico com as burguesias hegemônicas. Como não vão além disso, convertem-se em meios estruturais de perpetuação do capitalismo selvagem e de preservação do *status quo*. (FERNANDES, 1975).

Para o autor, é o confronto entre as classes que leva ao dinamismo do capitalismo. O

modelo autocrático-burguês de transformação capitalista, ao inibir esse conflito e esse confronto, acaba por anular as mudanças, mesmo as que são próprias do desenvolvimento capitalista.

Assim, há, na transformação capitalista e na dominação burguesa ocorrida na América Latina, uma dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, que é resultante da forma própria de acumulação de capital nos quadros do capitalismo periférico e dependente.

O arremate ao fio condutor do movimento analítico estabelecido neste trabalho – desenvolvimento e região – nos é fornecido por Francisco de Oliveira. Sintetiza com precisão o sociólogo brasileiro:

A região deve ser entendida como o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital; uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reprodução. Assim, existem “regiões” em determinado espaço nacional e essas diferenças de regiões são para o próprio proveito do capital (OLIVEIRA, 1981).

Francisco de Oliveira evidencia que as formas avançadas do capital tendem a estender a sua hegemonia em escala nacional. As regiões tendem a desaparecer sob o efeito da homogeneização das relações de produção. Essa dependência, no entanto, quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada pelo fato de o processo de reprodução do capital ser, por definição, desigual e combinado.

3 A QUESTÃO REGIONAL AMAZÔNICA

Nessa perspectiva, temos que a América Latina foi palco de macro-mudanças espaciais processadas nos anos 1970, 1980 e 1990. Mudanças estas que seguiram “dependentemente” as macro-mudanças processadas nos Estados Unidos nessas décadas. Isto porque o sistema capitalista constantemente aprofunda e complexifica a divisão social do trabalho em todas as suas dimensões e em cada momento histórico ela ganha nova significação.

Assim, a crise capitalista dos anos 1970, consubstanciada num amplo processo de reestruturação do capital, impôs às classes dominantes a construção de um novo arcabouço político, social, espacial que implicou na instauração de novas formas de exploração, produção, dominação e organização do trabalho.

A economia capitalista mundial deixa de ser uma economia internacional e passa a ser transnacional, no sentido de que atravessa as diferentes economias, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-nas, ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-nação, sem, no entanto, conseguir totalmente. (BIHR, 1998, p. 109). É nesse sentido que Alan Bihir afirma que há ao mesmo tempo uma homogeneização, fragmentação e uma hierarquização do espaço mundial. Homogeneização que se dá através dos fluxos de mercadorias, de capitais de mão de obra, de tecnologias de informação.

Esse processo de transnacionalização é caracterizado por:

- a. internacionalização dos mercados, das importações/exportações e dos investimentos;
- b. internacionalização da produção pelas empresas multinacionais que se deslocam para regiões de baixos salários;
- c. pelo movimento de desaglomeração industrial que tende a expandir e aprofundar a divisão do trabalho, baseada na troca de matéria-prima e produtos manufaturados;
- d. pela busca de espaços que lhes deem condições de competirem no mercado.

Diante disso, fica claro que o movimento de acumulação do capital se processa, em sua dinâmica espacial, de forma diversa, mutável, irregular e, sobretudo, com alta seletividade. Existe, assim, a busca por espaços que ofereçam uma maior capacidade de apropriação e acumulação de capital.

O capital estrangeiro, frente ao esgotamento das reservas naturais da Europa, Estados Unidos e Japão, busca suprir suas necessidades de produtos naturais nos países da América Latina.

Com isso, o capitalismo cria um “mosaico espacial” com poucas ilhas de crescimento em meio a extensas áreas deprimidas. Formam-se ilhas de excelência, constituídas por enclaves, com abandono de imensas regiões não-importantes para o capital, em todo o mundo (PACHECO, 1998). Vários motivos determinam essa mobilidade das plantas industriais; cabe destacar algumas como: busca de recursos naturais; a ação do Estado em termos de investimentos direto, incentivos regionais e setoriais, construção de infraestrutura; organização sindical etc.

É nesse contexto que a questão regional, tendo como foco a região amazônica, deve ser

entendida. Formada por nove países (Bolívia, Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname), a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa (PICOLI, 2006). Desde o seu processo de ocupação a região oferece produtos naturais para satisfazer as necessidades do mercado mundial.

O processo de colonização, promovida pelo Estado na região, a partir da segunda metade da década de 60 do século XX, no bojo do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (FERNANDES, 2006), tinha por objetivo distribuir terras devolutas ao capital, ignorando a existência dos povos nativos. Para “povoar” a região, os grupos capitalistas foram beneficiados pelo poder público com isenção de impostos, incentivos fiscais, juros simbólicos. Foi nessa ótica que se efetivou a expansão capitalista na região, unindo capital e Estado.

Esse processo expulsou os povos da floresta de suas terras e promoveu a expansão de grupos econômicos na região. O processo de colonização da Amazônia, nas últimas décadas, foi realizado de forma extensiva, agressiva e repressiva, promovido pela burguesia e dizimando grande quantidade de povos nativos.

No Brasil, por exemplo, a descoberta da Serra de Carajás com aproximadamente 18 bilhões de toneladas de ferro (a maior do mundo), além de jazidas de cobre, manganês, bauxita, níquel, cassiterita, ouro, cromo, níquel, carvão, ferro e nióbio, propiciou a expansão capitalista na Amazônia, sob o argumento da sua industrialização para ocupação e integração da região. Esse processo foi se consolidando por meio da expulsão dos trabalhadores do campo e uma agressiva devastação da natureza.

A internacionalização da exploração da região amazônica submete os países que a compõem à lógica de desenvolvimento do capital aqui exposta. A privatização da Companhia Vale do Rio, maior exportadora de minério de ferro do mundo – então estatal brasileira –, representa a política deliberada do capital (em associação com a burguesia nacional) de tomar para si, sem as rédeas do Estado nacional, a total definição do processo produtivo de extração dos recursos naturais da região, que traz consigo uma completa destruição da natureza e profundas consequências sociais à região. Os intensos conflitos que levam à violência tanto sobre os indígenas quanto dos trabalhadores do campo constituem exemplo da efervescente questão social em ebulição na Amazônia.

O ponto de partida, portanto, para se fazer entender a questão regional na Amazônia é o reconhecimento dessas profundas mudanças

estruturais que ocorreram nas últimas décadas do século XX, determinadas pelo processo de expansão e mundialização do capital.

Confrontá-la requer problematizar sua gênese de forma radical. Ou seja, ir à raiz de suas determinações. Problematização que depende do correto debate no âmbito da academia e dos movimentos sociais, tendo a compreensão, como alerta István Mészáros (2002, p. 94), de que nenhuma ‘questão única’ pode, realisticamente, ser considerada a ‘única questão’, pois:

Os movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não-integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

A questão regional amazônica, portanto, não é uma questão unicamente ambiental. Esse é elemento central para o debate da formação profissional do assistente social para a região.

4 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL ANTE A QUESTÃO REGIONAL AMAZÔNICA: indicações para o debate

O Serviço Social na América Latina surge e se institucionaliza sob o âmbito da estratégia de controle do capital, mediatizado pela ação do Estado e da Igreja católica no enfrentamento da questão social.

Impulsionado pela Igreja, o Serviço Social se expande com a função de garantir o controle da sociedade, a partir de suas ações de filantropia e de assistência, como forma de “conter” a pobreza e suas manifestações.

A partir da criação da primeira escola de Serviço Social, Escola Alejandro Del Rio (Chile), em 1925, o Serviço Social se firma como profissão e como estratégia da burguesia no enfrentamento à questão social. As determinações históricas, portanto, para o surgimento e institucionalização do Serviço Social devem ser buscadas no bojo das relações de produção da sociedade capitalista. O Serviço Social se expande pela América Latina nas condições objetivas postas pelo capitalismo após a I Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que se defrontava com o surgimento do socialismo real no Leste europeu.

Esse é um período marcado pela ascensão do capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, que o faz permeável às demandas das classes subalternas, a fim de minimizar as sequelas da questão social, objeto de uma intervenção contínua do Estado. (NETO, 1996)

Diante desse quadro, já não bastava apenas uma intervenção assistencialista da ação da Igreja frente às lutas sociais. Se em um primeiro momento a Igreja tem um papel fundamental no processo de formação profissional dos assistentes sociais, é a partir da crise de 1929, pautados na necessidade de reestruturação do capital, que se implementam nos países latinos, políticas populistas de intervenção.

Ao mesmo tempo, a disputa imperialista, sob o domínio norte-americano pós II Guerra Mundial, colocou a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) a exercerem forte influência na formação profissional dos assistentes sociais. Consolida-se, assim, o serviço social tradicional, bem como os processos de modernização conservadora da profissão, pautado na formação profissional voltada para as disfunções dos indivíduos e/ou da sociedade numa concepção de integração social. Esse é um período marcado pelo acelerado crescimento econômico e desenvolvimento industrial na América Latina sob o domínio da ideologia desenvolvimentista.

A partir da década de 1950 e início dos anos 1960, o Serviço Social inicia um movimento de rompimento com suas bases tradicionais em toda a América Latina, oxigenado pelos movimentos progressistas e revolucionários emergentes na região e também os de resistência às ditaduras militares instaladas nesse período em diversos países do continente, como: na Argentina, ditadura militar de 1966 a 1983 (com Rafael Videla – 1976 a 1981 – e Leopoldo Galtieri – 1981 a 1982); no Paraguai, ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989); e no Brasil (1964-1985).

A partir desse período, com especial fortalecimento nos anos 1970, o Serviço Social avança na construção de um projeto alternativo que vincule a prática profissional, em suas diferentes formas de expressão, ao processo revolucionário histórico das classes sociais que lutavam pela construção de uma nova sociedade alternativa ao capitalismo. (LOPES, 2001).

O chamado Movimento de Reconceituação da profissão é fruto desse movimento contraditório, impulsionado pelas lutas políticas travadas na sociedade. Assim, conforme Lopes (2001), o Movimento de Reconceituação deve ser entendido no interior das relações do capitalismo dependente e periférico na América Latina. É produto da crítica, da insatisfação e da contestação à prática profissional, desenvolvida no marco do Serviço Social tradicional, vinculado à velha condição de dominação a que a maioria da população estava submetida.

No Brasil, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, o “Congresso da Virada”, é o marco histórico desse processo. Também se destacam: (1)

a construção de um novo currículo mínimo de Serviço Social que atendesse às novas exigências da prática profissional; (2) um novo código de ética profissional; e (3) uma lei de regulamentação da profissão.

A partir das últimas décadas do século XX, o Serviço Social tem sofrido profundas transformações em todo o continente, nos marcos das respostas dadas pelo neoliberalismo frente à crise capitalista a partir da década de 1970. No que diz respeito à política de formação profissional proposta pelo ajuste neoliberal, o que se percebe é um controle sobre os processos de formação acadêmica a partir de um padrão profissional voltado para exigências imediatas do mercado.

A proposta dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) para os países dependentes afirma a necessidade de uma formação por competência, pragmática, flexível, polivalente, em detrimento de uma formação profissional crítica inseridas nas lutas cotidianas das classes trabalhadoras e com horizonte societal claramente definido. Na contramão desse processo, o movimento de resistência do Serviço Social tem afirmado e mantido seu compromisso com a luta emancipatória da sociedade, mesmo com a presença de correntes conservadores presentes hoje na sociedade.

A proposta de formação profissional, hoje encampada pelas entidades do Serviço Social, prima por um perfil profissional capacitado teórico, técnico e político para analisar o movimento histórico da sociedade, apreendendo as determinações do capitalismo, bem como formuladores de propostas de enfrentamento das manifestações da questão social em respostas às demandas das classes sociais.

Diante disso, os pressupostos básicos da formação profissional devem estabelecer uma relação estreita com a questão social, base de fundação sócio-histórica da profissão e constitutivo da relação profissão-realidade. Ou seja, a questão social deve ser entendida como o eixo fundamental do Serviço Social e, portanto, o eixo ordenador da estrutura curricular das unidades de ensino do Serviço Social em toda a América Latina.

Isso rebate, por conseguinte, também na abordagem da questão regional amazônica. Como alertamos anteriormente, cabe ao profissional do Serviço Social contribuir para que a questão amazônica não se configure numa questão única. Reafirmamos: a questão regional amazônica não é uma questão unicamente ambiental.

A estrutura curricular do ensino do Serviço Social deve incorporar esse debate, sobretudo entre as escolas presentes nos nove países da região amazônica, mas não só. Pois o debate não é, a nosso ver, dos assistentes sociais da região amazônica. Mas da categoria (como um

todo) dos assistentes sociais ante a questão amazônica.

Nesses termos, vale ressaltar a reflexão de Mézáros, quando alerta:

O denominador comum ou o núcleo estratégico de todos esses grupos [contrários ao capital] não pode ser o 'trabalho industrial', tenha ele colarinho branco ou azul, mas o *trabalho como antagonista estrutural do capital*. Isto é o que combina objetivamente os interesses variados e historicamente produzidos da grande multiplicidade de grupos sociais que estão do lado emancipador da linha divisória das classes no interesse comum da *alternativa hegemônica do trabalho à ordem social do capital* (MÉSZÁROS, 2004, p. 51)

O assistente social deve reafirmar cotidianamente seu compromisso com o projeto político emancipatório da humanidade, declarado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), tendo claro que é essa posição assumida profissional, ética e politicamente que insere seu *trabalho como antagonista estrutural do capital*.

5 CONCLUSÃO

Os desafios apontados aqui são elementos que vislumbramos como pertinentes ao debate. É evidente que nos devem ter escapado outros. Por isso, a perspectiva desta contribuição é de abrir caminhos ao debate no que toca em específico à formação profissional do assistente social.

Nesse horizonte, parece-nos clara que a opção teórico-metodológica traçada dá conta da análise requerida para a pesquisa do tema em pauta. Contudo, há a necessidade de aprofundar a investigação com o intuito de captar as múltiplas determinações dessa totalidade histórica.

Para isso, é necessário uma ampla pesquisa dos currículos mínimos das escolas de ensino da região, a fim de avaliar até que ponto esse debate está ou não ausente na formação profissional.

É preciso também identificar o que tem representado, quais os impactos das políticas específicas para a região, a ação de governos de posição claramente anti-imperialista, como os de Hugo Chavez (Venezuela), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia) – declaradamente socialistas e herdeiros da experiência cubana – e, em grau diverso, o de Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), que buscam elevar a questão regional amazônica a um plano mundial de articulação de forças regionais.

E, por fim, confrontar esses resultados com a formação profissional do assistente social no Brasil, pelo menos no que declaram suas

organizações profissionais, a exemplo de Conselho Federal, Conselhos Regionais dos Estados da região amazônica e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a fim de identificar até que ponto essa expressão da questão social vem sendo enfrentada pela categoria.

REFERÊNCIAS

BIRH, Alan. **Da grande Noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo. 1998.

CASTRO, Mamoel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. [S.L.:s.n.,200-?].

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. ensaio de Interpretação Sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **A questão Meridional: escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. vol. 2.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. (Obras Escolhidas, Tomo I.), São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1979.

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade**. Tese (Doutorado). PUC, São Paulo, 2001.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial: Ed. UNICAMP, 2002.

_____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. Estudos avançados, n. 18, [200-?].

_____. **Elegia para uma (Re)ligião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PACHECO Carlos A. **Fragmentação da Nação.**
Campinas, SP Ed. UNICAMP, 1998.

PICOLI. Fioreto. **O Capital e a Devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa.** 3. ed. Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. vol. 1.

Cristiana Costa Lima

Assistente Social. Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Vinculada ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Debate em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Av. dos Portugueses, S/N
CEP 65085-580
SÃO LUÍS – MA